



CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

NOTA TÉCNICA Nº 3331/2025/COLIC/CGLCD/DGC/SE

PROCESSO Nº 00190.102725/2025-16

INTERESSADOS: COORDENAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO E CAPACITAÇÃO - CDCAP; COORDENAÇÃO-GERAL DE MÉTODOS, CAPACITAÇÃO E QUALIDADE - CGMEQ E UNIDADES REGIONAIS.

1. ASSUNTO

1.1. Proposta de submissão dos autos à Diretora de Gestão Corporativa para aprovação, mediante análise técnica da contratação, nos termos do art. 72, incisos III e VIII, da Lei nº 14.133, de 2021.

2. REFERÊNCIAS

- 2.1. [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021;](#)
- 2.2. [Decreto nº 11.246, de 27 de outubro de 2022;](#)
- 2.3. [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 4 de novembro de 2022;](#)
- 2.4. [Instrução Normativa SEGES nº 58, de 8 de agosto de 2022;](#)
- 2.5. [Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 07 de julho de 2021;](#)
- 2.6. [Portaria nº 8.678, de 19 de julho de 2021;](#)
- 2.7. [Portaria SE/CGU nº 38, de 16 de dezembro de 2022;](#)
- 2.8. [Portaria CGU nº 732, de 23 de fevereiro de 2023;](#)
- 2.9. [Portaria nº 18/2022 - Organização Interna DGC;](#)
- 2.10. [Portaria Nomeações CGLCD - DGC - COLIC ;](#)
- 2.11. [Portaria Nº 1.293/2025;](#)
- 2.12. [Parecer nº 00016/2023/CNLCA/CGU/AGU;](#) e
- 2.13. [Planejamento Estratégico Institucional da Controladoria-Geral da União \(CGU\) .](#)

3. SUMÁRIO EXECUTIVO

3.1. A presente Nota Técnica trata da análise da viabilidade da contratação do INSTITUTO DOS AUDITORES INTERNOS DO BRASIL, inscrito no CNPJ sob o nº 62.070.115/0001-00, para a inscrição de 5 (cinco) servidores da Controladoria-Geral da União (CGU) no 45º Congresso Brasileiro de Auditoria Interna (Conbrai 2025), que ocorrerá de 09 a 12 de novembro de 2025, na cidade de São Paulo - SP.

3.2. A participação no evento visa a capacitar o corpo técnico da CGU, sendo os servidores distribuídos da seguinte forma: 3 (três) da Secretaria Federal de Controle Interno (SFC/CGU), 1 (um) da Unidade Regional no Estado de Goiás (CGU-R/GO) e 1 (um) da Unidade Regional no Estado de Rondônia (CGU-R/RO), em conformidade com as necessidades de desenvolvimento profissional e aprimoramento das atividades de auditoria interna no âmbito desta Controladoria-Geral.

4. DA INSTRUÇÃO DO PROCESSO E DA JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

4.1. Preliminarmente, cumpre informar que os autos foram instruídos com seguintes os artefatos:

4.1.1. "Documento de Formalização da Demanda (3556948)", vinculado ao "PCA 2025 - 370003-37/2025 (3565884)"; e

4.1.2. "Termo Termo de Referência nº 75/2025 - versão atualizada (3782141)".

4.2. Conforme o item 2.1 do Termo de Referência, justifica-se a contratação nos seguintes termos:

2.1. Oportunidade e utilidade da capacitação em relação às atividades desempenhadas pelo(s) servidor(es):

2.1.1. A Secretaria Federal de Controle Interno, órgão específico singular da CGU, é unidade responsável por planejar, coordenar e supervisionar ações e trabalhos que se utilizam dos conhecimentos específicos da área de Auditoria Interna.

2.1.2. Como órgão central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, dentre outras atribuições, compete à SFC/CGU a realização de auditorias sobre a gestão dos recursos públicos federais, sobre a execução dos programas de governo, avaliar desempenho e supervisionar o trabalho das unidades de auditoria interna dos órgãos e das entidades do Poder Executivo Federal.

2.1.3. Considera-se que a participação dos servidores será de suma importância para o incremento de qualidade na condução de trabalhos de auditoria interna, uma vez que além de levantar a reflexão quanto a necessidade de realinhamento de atuação, considerando a realidade atual de pós pandemia no cenário mundial, alinham-se aos objetivos estratégicos de "Contribuir para o aprimoramento e a inovação no ciclo das políticas públicas, com foco no cidadão-usuário, considerando as especificidades territoriais, as capacidades, os riscos estatais e as prioridades governamentais", com resultados-chave de "Aumentar a quantidade de políticas prioritárias estratégicas avaliadas" e "Manter, no mínimo, em 85% o nível de percepção do Gestor quanto ao valor agregado pelo sistema de controle interno", presentes no Projeto Estratégico da CGU 2024-2027.

2.1.4. No que tange às lacunas a serem mitigadas, capacitações na temática de trabalho dos servidores são de extrema relevância para o bom desempenho das tarefas a serem executadas, considerando que a atualização de conceitos, metodologias e melhores práticas são fundamentais para o incremento da capacidade da auditoria interna governamental no âmbito da CGU.

2.1.5. Por fim, de maneira a contribuir com a Casa, os servidores participantes poderão disseminar o conhecimento adquirido compartilhando suas experiências, por intermédio de reuniões de equipe, palestras, seminários, produção de textos técnicos, relatórios, artigos, elaboração de material didático, promoção de cursos de capacitação interna, dentre outras formas.

5. DA COMPROVAÇÃO DA NOTÓRIA ESPECIALIZAÇÃO

5.1. A Lei nº 14.133/2021, em seu art. 74, *caput*, combinado com o inciso III, alínea "f", estabelece que a inexigibilidade de licitação para a contratação de serviços técnicos especializados de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal somente é admissível quando se tratar de profissional ou empresa de notória especialização.

5.2. Nesse contexto, a notória especialização é caracterizada pelo reconhecimento do profissional ou da empresa no campo de sua especialidade, evidenciado por desempenho anterior, estudos, experiências, publicações, organização, estrutura, equipe técnica ou outros requisitos relacionados às suas atividades.

5.3. Tal aspecto foi abordado no item 2.3. do "Termo Termo de Referência nº 75/2025 - versão atualizada (3782141)", no qual a área técnica apresentou um relato das atividades e eventos conduzidos pela futura contratada, destacando que:

(...)

Ademais, destaca-se que o IIA Brasil vem realizando anualmente o Congresso Brasileiro de Auditoria Interna desde 1977, sendo detentor exclusivo do evento no Brasil.

2.3.6. Ainda conforme a Declaração de Exclusividade IIA Brasil, são objetivos do Instituto:

a. Representar, no Brasil, The Institute of Internal Auditors – The IIA;

b. Colaborar e participar de organizações com as quais sejam firmados acordos de cooperação mútua e que tenham propósitos afins de auditoria interna;

- c. Difundir a Estrutura Internacional de Práticas Profissionais (International Professional Practices Framework – IPPF);
- d. Promover a capacitação profissional de associados e outros agentes, e o intercâmbio de conhecimento e de experiências técnicas, em temas de interesse da auditoria interna em prol da defesa da Profissão;
- (...)
- h. Coordenar, desenvolver, promover e realizar seminários regionais, conferências e congressos de Auditoria Interna e temas correlatos.
- (...)

6. DO VALOR DA CONTRATAÇÃO E DA RAZOABILIDADE DO PREÇO

6.1. O valor total da contratação é de **R\$ 25.375,00 (vinte e cinco mil trezentos e setenta e cinco reais)**, considerando o disposto na "Proposta Conbrai 2025 CGU (3760037)" e no item 2.5.1. Valores da contratação do "Termo Termo de Referência nº 75/2025 - versão atualizada (3782141)".

6.2. Em observância ao disposto no art. 7º, *caput*, c/c os §§ 1º e 2º também do art. 7º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021, a comparação de preços, para fins de comprovação da compatibilidade com os valores praticados pela futura contratada, tendo em vista se tratar de contratação por inexigibilidade de licitação, foi realizada com base no seguinte parâmetro: Notas de Empenho referentes à mesma capacitação ou a treinamentos similares, a saber:

- a) "Nota NF CONBRAI 2025 (3670216)";
- b) "Nota NF CONBRAI 2024 (3670798)"; e
- c) "Nota NF CONBRAI 2023 (3670784)".

7. DA DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA

7.1. Conforme preconiza o art. 72, inciso IV, da Lei nº 14.133/21, é obrigatória a *“demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido”*.

7.2. Nesse sentido, consta nos autos a "Declaração Disponibilidade Orçamentária 358 (3671528)", emitida pela Coordenação-Geral de Contabilidade, Orçamento e Finanças (CGCOF), em atendimento ao disposto no § 1º do art. 80 do Decreto-Lei nº 200/1967, nos incisos I e II do art. 167 da Constituição Federal de 1988, no art. 16 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), bem como no art. 72, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021.

8. DO INSTRUMENTO SUBSTITUTIVO AO CONTRATO

8.1. Nos termos do Parecer nº 00016/2023/CNLCA/CGU/AGU, que embasa a ON AGU nº 84/2024, o inciso I, do art. 95 da Lei nº 14.133/2021, deve ser interpretado com base no valor da contratação, e não no procedimento que a originou (licitação, dispensa ou inexigibilidade). Assim, sempre que o valor da contratação se enquadrar nos limites previstos nos incisos I ou II do art. 75 da referida Lei, é possível substituir o termo de contrato por instrumento equivalente, independentemente da modalidade adotada.

8.2. Dessa forma, passou-se a adotar os Anexos I e II do Termo de Referência Único – Serviços (com e sem engenharia) e Obras, conforme versão de abril de 2025, nos seguintes documentos:

- 8.2.1. "Anexo I - Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo (3764526)"; e
- 8.2.2. "Anexo II - Termo de Ciência e Concordância (3764528)".

8.3. Essa medida visa garantir a conformidade legal e administrativa dos documentos que instruem o processo, promovendo a regularidade, a transparência e a segurança jurídica da contratação.

8.4. A Unidade Requisitante, Coordenação-Geral de Métodos, Capacitação e Qualidade (CGMEQ), encaminhou inicialmente à futura contratada o Termo de Referência nº 75/2025 (3764521), acompanhado dos Anexos I – Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo (3764526) e II – Termo de

Ciência e Concordância (3764528). Em resposta, o IIA Brasil solicitou ajustes, conforme registrado no E-mail Resposta IIA Brasil (3778438) e Despacho (3790022), o que resultou na elaboração do Termo de Referência nº 75/2025 – versão atualizada (3782141) e do Anexo I – versão atualizada (3782142), os quais foram encaminhados à IIA Brasil para ciência e assinatura.

8.5. A empresa manifestou-se por meio do documento "E-mail Aceite TR Conbrai 2025 (3788645)", declarando estar de acordo com o Termo de Referência e seus anexos, além de ter encaminhado assinados os "Anexo I e II assinados IIA Brasil (3789576)".

8.6. Adicionalmente, conforme registrado no E-mail Resposta IIA Brasil (3778438), a empresa demonstrou compreensão quanto ao prazo necessário para emissão do empenho por parte da CGU, e se dispôs a flexibilizar o prazo inicialmente previsto para garantir o valor referente ao segundo lote, caso seja necessário.

8.7. Registra-se que, não obstante o conteúdo do E-mail Resposta IIA Brasil (3778438) e do Despacho (3790022), bem como a ciência e assinatura do Anexo I – versão atualizada (3782142), os autos serão submetidos à Coordenação de Contratos - CDCON para nova assinatura do instrumento substitutivo ao contrato, após a competente assinatura da autoridade na presente Nota Técnica e da emissão do empenho, pois tal instrumento deve ser assinado após a conclusão da inexigibilidade de licitação.

9. DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

9.1. No que se refere aos requisitos de habilitação, certidões e declarações, conforme previsto no item 11 do "Termo Termo de Referência nº 75/2025 - versão atualizada (3782141)", foram juntados aos autos os seguintes documentos:

HABILITAÇÃO	DESCRIPTIVO	SIM, NÃO, N/A	ID SEI	OBSERVAÇÕES
Jurídica	Ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores	SIM	3779165	

Técnica	Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso	N/A	-	-
Fiscal, social e trabalhista	Prova de inscrição no CNPJ ou no CPF, conforme o caso;	SIM	3670173	
	Prova de regularidade perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela RFB e pela PGFN, referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU);	SIM	3670169	
	Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);	SIM	3670165	
	Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de CNDT	SIM	3670161	

	Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;	SIM	3670166	
	Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre	SIM	3670166	
Certidões/Declarações	TCU - Inidôneos - Licitantes Inidôneos	SIM	3781809	Pag. 7
	CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade (Empresa)	SIM	3781809	Pag. 7
	CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade (Sócios)	SIM	3781809	Pag. 7
	CEIS - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas	SIM	3781809	Pag. 8
	CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas	SIM	3781809	Pag. 8
	Declaração de Inexistência de emprego de mão de obra de menor	SIM	3670155	

	CADIN - Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal	SIM	3781818	Situação: REGULAR
--	--	-----	---------	-------------------

9.2. Ademais, conforme justificativas apresentadas nos subitens 11.12.3 do "Termo de Referência nº 75/2025 - versão atualizada (3782141)", foi dispensada a apresentação de documentação relativa à qualificação técnica e à qualificação econômico-financeira, nos termos do art. 70, inciso III, da Lei nº 14.133/2021.

9.3. Tal dispensa encontra respaldo nas notas explicativas da Advocacia-Geral da União (AGU), constantes nos Modelos da Lei nº 14.133/2021 para Contratação Direta, os quais orientam a aplicação da norma em contratações por inexigibilidade.

10. DOCUMENTOS PRODUZIDOS PELA COLIC

10.1. A atuação desta Coordenação de Licitações (COLIC), no presente processo, materializou-se por meio da análise técnico-administrativa dos artefatos elaborados, especialmente no que se refere à aplicação da legislação pertinente às licitações públicas. Ademais, procedeu-se à juntada dos seguintes documentos:

- 10.1.1. "Despacho de Indicação de Ponto Focal (3565889)";
- 10.1.2. "Manual de Orientações para Instrução Processual (3565893)"; e
- 10.1.3. "Anexo - Lista de Verificação - Contratação Direta (3565888)", com o escopo de verificar o cumprimento dos parâmetros e diretrizes voltados à consecução, sob o prisma administrativo, da conformidade dos documentos produzidos pelo Ponto Focal da contratação.

11. DA DISPENSABILIDADE DE MANIFESTAÇÃO DA ASSESSORIA JURÍDICA

11.1. No presente processo, não se faz obrigatória a manifestação da assessoria jurídica, uma vez que o valor da contratação é inferior ao limite estabelecido no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, conforme dispõe a Orientação Normativa AGU nº 69/2021, transcrita a seguir:

Não é obrigatória manifestação jurídica nas contratações diretas de pequeno valor com fundamento no art. 75, I ou II, e § 3º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, salvo se houver celebração de contrato administrativo e este não for padronizado pelo órgão de assessoramento jurídico, ou nas hipóteses em que o administrador tenha suscitado dúvida a respeito da legalidade da dispensa de licitação. Aplica-se o mesmo entendimento às contratações diretas fundadas no art. 74, da Lei nº 14.133, de 2021, desde que seus valores não ultrapassem os limites previstos nos incisos I e II do art. 75, da Lei nº 14.133, de 2021.

12. CONCLUSÃO

12.1. Diante do exposto, constatada a regularidade da instrução processual e considerando que todos os requisitos legais aplicáveis foram devidamente atendidos, sugere-se o encaminhamento dos autos à apreciação do Coordenador-Geral de Licitações, Contratos e Documentação Substituto, com vistas ao prosseguimento do feito e posterior remessa à Diretora de Gestão Corporativa, para fins de autorização da inexigibilidade, nos termos da legislação vigente.

12.2. Finalmente, uma vez autorizada a contratação, deverá ser providenciada a publicação no [Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP](#).

12.3. Na sequência, propõe-se os seguintes encaminhamentos:

- 12.3.1. À Coordenação-Geral de Contabilidade, Orçamento e Finanças (CGCOF/DGC) para a emissão da Nota de Empenho em favor da empresa INSTITUTO DOS AUDITORES INTERNOS DO BRASIL, inscrito no CNPJ sob o nº 62.070.115/0001-00, na qualidade de entidade promotora do evento 45º Congresso Brasileiro de Auditoria Interna (Conbrai 2025); e

12.3.2. À Coordenação de Contratos (CDCON) – para nova assinatura do instrumento substitutivo ao contrato.

Marcelo Valinoti Assumpção
Técnico Federal de Finanças e Controle
COLIC/CGLCD/DGC/SE/CGU

De acordo.

Encaminhem-se os autos ao Coordenador-Geral de Licitações, Contratos e Documentação Substituto para avaliação e, se for o caso, posterior remessa à Diretora de Gestão Corporativa, com vistas à obtenção da autorização da inexigibilidade de licitação.

Hugo Marcus Silva Teixeira
Coordenador de Licitações
COLIC/CGLCD/DGC/SE/CGU

De acordo.

Encaminhe-se à Diretora de Gestão Corporativa, para avaliação e, se for o caso, autorização da inexigibilidade de licitação.

Marcos Geraldo Alves Maria
Coordenador-Geral de Licitações, Contratos e Documentação Substituto
CGLCD/DGC/SE/CGU

DESPACHO AUTORIZAÇÃO DGC

1. Ciente das informações prestadas pela Coordenação de Licitações (COLIC), as quais adoto como fundamento, **AUTORIZO** a inexigibilidade de licitação, com base no art. 74, inciso III, alínea “f”, da Lei nº 14.133/2021.

2. Considerando tratar-se de atividade de custeio, **AUTORIZO** a contratação, nos termos do art. 3º, § 2º, do Decreto nº 10.193/2019, combinado com o art. 3º da Portaria ME nº 7.828, de 30 de agosto de 2022, e com fundamento na delegação constante da "Portaria nº 732/2023 - Atividades de Custeio (3781244)".

3. Encaminhem-se os autos:

À Coordenação-Geral de Contabilidade, Orçamento e Finanças (CGCOF/DGC) para a emissão da Nota de Empenho em favor da empresa INSTITUTO DOS AUDITORES INTERNOS DO BRASIL, inscrito no CNPJ sob o nº 62.070.115/0001-00, na qualidade de entidade promotora do evento 45º Congresso Brasileiro de Auditoria Interna (Conbrai 2025); e

À Coordenação de Contratos (CDCON) – para nova assinatura do instrumento substitutivo ao contrato.

Bianca Cristina Lessa Enders

Diretora de Gestão Corporativa
DGC/SE/CGU



Documento assinado eletronicamente por **MARCELO VALINOTI ASSUMPÇÃO, Técnico Federal de Finanças e Controle**, em 17/09/2025, às 13:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **HUGO MARCUS SILVA TEIXEIRENSE, Coordenador**, em 17/09/2025, às 13:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **MARCOS GERALDO ALVES MARIA, Coordenador-Geral, Substituto**, em 17/09/2025, às 14:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **BIANCA CRISTINA LESSA ENDERS, Diretora de Gestão Corporativa**, em 18/09/2025, às 21:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.cgu.gov.br/conferir> informando o código verificador 3781862 e o código CRC 1CD9EA32